

ROTEIRO DE ESTUDOS/ATIVIDADES

UME: PEDRO II

COMPONENTE CURRICULAR: História - 9º ANO A, B e C

UNIDADE TEMÁTICA: O nascimento da República no Brasil e os processos históricos até a metade do século XX.

OBJETOS DE CONHECIMENTO:

A questão indígena durante a República (até 1964)

Anarquismo e protagonismo feminino

O trabalhismo e seu protagonismo político

HABILIDADE: EF09HI07, EF09HI08 e EF09HI6B e EF09HI09B.

PROFESSOR(ES): Carlos Roberto de Messias e Emmanuel.

PERÍODO DE 19 / 05 a 02/06/21.

Enviar para o e-mail carlos01793572801@educa.santos.sp.gov.br

História	
Tema: A questão indígena e o feminismo.	
Orientação	I. Estou disponibilizando vários materiais para você estudar em casa: Links sites, videoaulas, vídeos e mapas mentais para você ver e rever de acordo com seu ritmo e sua compreensão. Assim, você poderá, com mais tempo, estudar ainda mais e responder as questões que você encontrará nas atividades.
Textos	OS INDÍGENAS NA REPÚBLICA Com a proclamação da República, ocorreu uma mudança importante na abordagem da questão indígena. O indianismo, que via o indígena como “bom selvagem”, foi deixado de lado. A República não olhou para o indígena, e sim para figuras como a de Tiradentes e a do bandeirante. Tiradentes se opôs à Monarquia e, como a República precisava de um herói, ele foi o escolhido. Alçado ao status de herói, passou a simbolizar a jovem República e a ruptura com o nosso passado imperial. Já os paulistas que caçavam índios foram transformados em heróis, figuras decisivas para a expansão e a formação territorial do Brasil. Os hábitos e costumes indígenas incorporados pelos “bandeirantes” foram esquecidos. A língua Tupi, usada como língua-geral no território colonial durante os primeiros séculos, também foi esquecida. Já a ideia de “guerra justa” para justificar a escravização do indígena foi revalorizada. No campo econômico, o avanço das fazendas de café rumo ao interior vinha se fazendo por meio da tomada das terras e das vidas de milhares de indígenas. Na época, alguns homens públicos chegaram a defender o extermínio dos indígenas para que a “civilização” pudesse triunfar. Mas, para a maioria dos pensadores do início do século XX, a questão indígena era um problema nacional e precisava ser resolvida. Nos debates que se

seguiram, surgiram diferentes propostas para resolvê-la; uma delas foi a criação pelo governo do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), em 1910, cuja função era prestar assistência aos indígenas. Era a primeira vez que o governo brasileiro interferia na questão indígena.

ESTADO BRASILEIRO, POVOS INDÍGENAS E O MARECHAL RONDON

Por sua habilidade no trato com os povos indígenas do Mato Grosso, o Marechal Cândido Rondon (1865-1958) foi convidado para dirigir o SPI. A principal meta do SPI era a



integração total do indígena à nação brasileira. E, para tal, Rondon propunha os seguintes passos: atração, pacificação e civilização. Essa visão esteve presente também no Código Civil de 1916, que definia o indígena como um ser incapaz. Mas o marco legal da questão indígena na Primeira República foi a Lei no 5.484, de 1928, que o colocava sob a tutela do Estado. Os indígenas foram classificados por essa lei em: nômades, aldeados, incorporados aos centros agrícolas e reunidos em povoações indígenas. Os nômades

e os aldeados eram vistos como incapazes de responder por seus atos. E, por isso, se cometessem alguma infração, só poderiam ser presos com a permissão do SPI. Os inspetores do SPI adotavam a técnica de contato desenvolvida por Rondon, que consistia em manter uma atitude defensiva em relação aos indígenas até que o relacionamento com eles fosse estabelecido. Depois buscavam, com os governos estaduais, garantir uma terra para o grupo. O SPI atuou em áreas de colonização, como São Paulo, Paraná, Espírito Santo, Mato Grosso, entre outras. Nessas áreas foram instaladas equipes de atração e postos indígenas.

MOVIMENTO DE MULHERES

A partir do advento da República, também as aspirações das mulheres foram mudando significativamente. As mulheres passaram a reivindicar o acesso pleno à educação, indispensável à autossuficiência econômica, e o direito de votar e de serem eleitas,

Mulher discursa em comício do 1º de Maio, em 1915, na Praça da Sé, São Paulo, SP.



indispensável à cidadania plena. A Constituição de 1891, no entanto, negou o direito da mulher ao voto. A advogada Myrthes Campos e a professora Leolinda Daltro tentaram se alistar para votar, mas tiveram seus pedidos recusados. Leolinda Daltro reagiu fundando em 1910 o Partido Republicano

Feminino. Em 1917, ela organizou uma passeata com 84 mulheres no centro do Rio, fato que surpreendeu a muitos. Influenciado por esse fato, talvez, no mesmo ano o deputado socialista Maurício de Lacerda apresentou na Câmara um projeto de lei favorável ao voto feminino. Mas o projeto não chegou a ser discutido: as autoridades da época opunham-se fortemente às lutas das

mulheres por direitos, enquanto os homens de ciência as rotulavam como pessoas incapazes e de menor inteligência, sendo, portanto, inadequadas para a vida pública. A imprensa engrossava o coro antifeminista, ridicularizando as demandas das mulheres com piadas, ilustrações e charges de mau gosto.

BERTHA LUTZ NA LUTA PELO VOTO FEMININO

É nesse contexto que a feminista Bertha Lutz chega da Europa, em 1918, disposta a lutar pela emancipação da mulher no Brasil. Leia o que uma historiadora conta sobre Bertha Lutz e suas companheiras. [...] Bertha e suas companheiras organizam-se em associações, fazem pronunciamentos públicos, escrevem artigos e concedem entrevistas aos jornais. Buscam o apoio de lideranças e da opinião pública [...]. [...] Ainda, em fins de 1918,

Bertha enviou uma carta à Revista da Semana na qual convocava as mulheres a lutar pela sua emancipação. [...] Nessa visão, poder trabalhar é determinante, pois propicia às mulheres os meios de subsistência, livrando-as de uma “dependência humilhante para elas” e “nefasta para os homens” [...]. Bertha Lutz argumentava que a ascensão feminina resultaria não só em benefícios pessoais como também faria das mulheres “instrumentos preciosos do progresso do Brasil”. Bertha – apesar da multiplicidade de atividades que conseguiu empreender, abrindo várias frentes de luta –, a conquista do voto mereceu sua prioridade. Acreditava [...] que o acesso aos direitos políticos era essencial à obtenção de garantias com base na lei. [...] Em 1932, o Brasil finalmente ganhou um novo Código Eleitoral. [...] estabeleceram-se no país o voto secreto e o voto feminino. Com isso, o Brasil tornou-se o segundo país da América Latina (depois do Equador) a estender às mulheres o direito de voto [...]. Faltava agora a incorporação desse princípio à Constituição que só seria votada em 1934. [...] Graças às pressões feministas, e coroando uma luta de décadas, o sufrágio feminino foi finalmente garantido, com a inclusão do artigo 108 na Constituição de 1934. SOIBET, Rachel. Movimento de mulheres.

In: PINSKY, Carla B.; PEDRO, Joana M. (Org.). Nova história das mulheres. São Paulo: Contexto, 2012. p. 218-226.

ANOS 1960: PÍLULA, MINISSAIA E CALÇA SAINT-TROPEZ

Nos anos 1960, enquanto os negros lutavam por direitos que a sociedade lhes negava, as mulheres também mostravam sua força. Desde o final da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), o movimento feminista vinha mobilizando milhões de mulheres no mundo. Em 1960, no entanto, a liberação ao público da pílula anticoncepcional marcou o início de uma verdadeira revolução sexual. A pílula, que passou a ser vendida em qualquer farmácia, permitia à mulher decidir se queria ou não engravidar e possibilitava a ela uma vida sexual mais intensa. As mulheres passaram a debater e denunciar a crença vigente na época de que a mulher era incapaz para a vida intelectual e de que era naturalmente inferior ao homem. Nos anos 1960, escritoras, como Betty Friedan e Simone de Beauvoir, inspiraram



o movimento feminista. Esta última, autora de vários livros muito lidos na época, dizia que a mulher não nasce obediente, passiva ou dependente; é a educação machista que a faz aceitar a dominação masculina. Daí a necessidade de se libertar da educação repressora e buscar a autorrealização. A moda dos anos 1960 também ajudou na construção dessa nova mulher menos tímida e mais confiante. O uso da calça estilo saint-tropez, com o umbigo de fora, e a minissaia são invenções daquele tempo. As mulheres dos anos 1960 engajaram-se também na luta política. Em várias partes do mundo surgiram organizações femininas que promoviam debates, cursos, publicações e levavam milhares de manifestantes às ruas para exigir salários e direitos iguais aos dos homens, a aprovação do divórcio e o direito a certo número de vagas no funcionalismo público e nas universidades. Nas últimas décadas, as mulheres têm conquistado um espaço considerável, nas mais diferentes áreas da vida social, sobretudo no mundo do trabalho; mas o machismo continua existindo e é facilmente perceptível, por exemplo, quando se observa o comportamento dos homens no trânsito.

Atividades

1. Observe as imagens e responda aos questionamentos a seguir:

Imagem 1



Alzira Soriano, eleita prefeita de Lages, RN, em 1928, com 60% dos votos, foi a primeira mulher na América Latina a conquistar um cargo executivo. Na foto, tomando posse como prefeita, em 1929.

Fonte: Wikipedia. Disponível em:

https://pt.wikipedia.org/wiki/Alzira_Soriano#/media/Ficheiro:Alzira_Soriano_1929.jpg. Acesso em: 13 ago. 2020.

Imagem 2



Cacique xavante Mário Juruna, o primeiro indígena a ocupar uma cadeira no parlamento brasileiro. Foi eleito deputado federal pelo PDT para o mandato de 1983 a 1987.

Fonte: Wikipedia. Disponível em:

https://pt.wikipedia.org/wiki/M%C3%A1rio_Juruna#/media/Ficheiro:M%C3%A1rio_Juruna.jpg. Acesso em: 13 ago. 2020.

Imagem 2



Nilo Peçanha é tido como o primeiro e único afrodescendente a ter assumido a presidência do Brasil, de 1909 a 1910. Foi frequentemente ridicularizado em charges e anedotas na imprensa que se referiam à cor da sua pele.

Fonte: Wikipedia. Disponível em:

https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Nilo_Pe%C3%A7anha_02.jpg. Acesso em: 13 ago. 2020.

a) Nas fotografias acima vemos três importantes personagens da História política brasileira. Você conhece essas pessoas? E para além dos exemplos citados, você conhece mulheres, negros e indígenas que ocupam cargos no legislativo ou no executivo atualmente no Brasil? Cite exemplos.

b) Elabore, com suas palavras, algumas hipóteses para a “presença” ou “ausência” de representantes dos grupos acima citados na política, relacionando às questões históricas por você já estudadas.

2. Leia e analise as imagens e textos e responda

FONTE 1

“Os brancos, no começo da construção da estrada ferroviária, não se importavam com a existência dos índios nas terras e começaram a construir a estrada, a desmatar as áreas indígenas. Espantavam a caça dos índios. Os Kaingang começaram a enfrentar um grande problema: como fazer parar aqueles homens? Como parar aquela estrada que estava destruindo suas matas e espantando seus animais?”

Fonte: MACEDO. Ana Vera Macedo (org.). Uma História Kaingang de São Paulo: Trabalho a muitas mãos. Brasília: MEC, 2001. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me001827.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2019.

	<p>FONTE 2</p> <p>O Serviço de Proteção aos Índios (SPI) foi criado em 1910 e funcionou com distintos formatos até 1967, quando seu nome foi alterado para Fundação Nacional do Índio (FUNAI), que permanece até os dias atuais. Pode-se afirmar que esse serviço foi a primeira iniciativa de política indigenista existente no Brasil e, apesar das falhas, o órgão foi responsável pela demarcação de inúmeras terras, garantindo a sobrevivência de muitos povos.</p> <p>O primeiro diretor foi Cândido Mariano da Silva Rondon, mais comumente conhecido como Marechal Rondon. Este personagem foi extremamente importante na história da luta pelas causas indígenas no Brasil, pois, durante seu trabalho de instalação de linhas telegráficas pelo interior do país, constatou várias tribos indígenas, sempre de maneira pacífica. Desta forma, mudou o modo como a população indígena era tratada até então, estabelecendo as primeiras demarcações de suas terras. Dentro do contexto republicano, a preocupação era integrar os povos indígenas à sociedade brasileira e proporcionar condições comerciais e econômicas para essas populações.</p> <p>Fonte: Elaborado especialmente para este Material. Fotografia de Marechal Cândido Rondon, em 1930. Fonte: Wikipedia. Disponível em: <https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/a/a9/Marechal_Rondon.jpg>. Acesso em: 12 nov. 2019.</p> <p>FONTE 3</p> <p>Regulamento a que se refere o decreto n. 8.072, de 20 de junho de 1910 Do serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais. Art. 1º O Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais, criado no Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, tem por fim:</p> <ol style="list-style-type: none"> prestar assistência aos índios do Brasil, quer vivam aliados, reunidos em tribos, em estado nômade ou promiscuamente com civilizados; estabelecer em zonas férteis, dotadas de condições de salubridade, de mananciais ou cursos d'água e meios fáceis e regulares de comunicação, centros agrícolas, constituídos por trabalhadores nacionais que satisfaçam as exigências do presente regulamento. <p>Fonte: DECRETO Nº 8.072, DE 20 DE JUNHO DE 1910. Câmara Federal. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-8072-20-junho-1910-504520-publicacaooriginal58095-pe.html>. Acesso em: 14 out. 2019.</p> <ol style="list-style-type: none"> Qual é o assunto presente no decreto no 8.072, de 1910? Qual é o papel do Estado na proteção dos povos indígenas segundo o decreto? Faça uma pesquisa sobre os objetivos do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) e aponte, no seu caderno, as principais dificuldades enfrentadas por esse órgão. A proteção dos recursos naturais e a recuperação de áreas degradadas são fundamentais para a manutenção da vida como a conhecemos na Terra. As reservas indígenas exercem esse papel ao preservar e garantir a manutenção de extensas áreas florestais. Explique quais são as demandas e reivindicações das comunidades indígenas no período da SPI, comparando com os dias de hoje. Após a leitura dos textos, o que é possível concluir em relação à questão indígena no Brasil no início da República?
<p>Onde encontro o conteúdo</p>	<p>Videoaula – Movimento Feminista no Brasil. Disponível em: https://youtu.be/iA7QGtlvBWE Acesso em 16 maio 2021.</p> <p>Site – Fundação Nacional do Índio – Índios no Brasil. Disponível em: https://bit.ly/3hrGmMN Acesso em 16 maio 2021</p>